

**ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**, REALIZADA NO DIA 4 DE SETEMBRO DO ANO DE 2013, NO AUDITÓRIO DA SMDHC– CENTRO/SP, COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: CORMARIE GUIMARÃES PEREZ (SMS), DJALMA GOUVEIA DA SILVA (SDTE), MIRIAM DA SILVA (SDTE), MANOEL MESSIAS N. SANTOS (MNPR), RENATO RIBEIRO SENA (MNPR-SP), ÁTILA PINHEIRO (MNPR E NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS), JÚLIO RENATO LANCELLOTTI (PASTORAL DO POVO DA RUA), MARIA CAROLINA TIRABOSCHI FERRO (CENTRO GASPAR GARCIA), REGINA MARIA MANOEL (ORGANIZAÇÃO DE AUXÍLIO FRATERNAL). **MEMBROS SUPLENTE**: LUANA BOTTINI (SMDHC), MARIA FERNANDA MENDES PEREIRA (SEHAB), VERA LUCIA MARTINEZ MANCHINI (SMS), ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS (SMSU), IRAIR DE JESUS (SES), NATHALIE FRAGOSO E SILVA FERRO (CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS – FDUSP), MELISSA WITCHER (CENTRO GARPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS), IVONETE GARDINI (SEFRAS), **MEMBROS CONVIDADOS**: CARLOS WEIS (DEFENSORIA PÚBLICA), LEDA SUELI DE ARRUDA (SEME), ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS (AÇÃO DA CIDADANIA); E, **DEMAIS MEMBROS**: ANDRÉ LUIS CASTRO DE CARVALHO (SMDHC), VITOR BASTOS (SMDHC), FERNANDA ALMEIDA (SMDHC), ERI ISHIMOTO (CCD/COVISA/SMS), FLAVIA C MENOTE (SDTE), TINA GALVÃO (MOVIMENTO AQUELE ABRAÇO), ALDERON COSTA (ASSOCIAÇÃO REDE RUA), ESTHER LOPES COHIM MOURA (CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA), MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA (SES), CÁSSIA REGINA DE F. B. DOS SANTOS, FREI JOSÉ FRANCISCO CÁSSIA SANTOS (SEFRAS), ANA MARIA S. ALEXANDRE (PASTORAL DA RUA), AGNUS HOSTIAN (FRATERNIDADE O CAMINHO), PAULO ESCOBAR (TENDA ALCÂNTARA), BRUNA S. SANTOS (TENDA ALCÂNTARA), JOHNNY FERNANDO JAMAICA (TENDA ALCÂNTARA). ROBSON C. A MENDONÇA (MOVIMENTO ESTADUAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA), ANA THERESA MORAES RODRIGUES (CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA)

Sob coordenação da **Sra. Luana Bottini (SMDHC)**, Coordenadora de Políticas para a População em Situação de Rua, a ata da IV Reunião Ordinária do Comitê PopRua foi lida e aprovada e na seqüência deu-se início à reunião esclarecendo que o Sr. Rogerio Sottili não estava presente por motivos de saúde, o Sr. Marcos Barreto estava visitando a mãe na UTI; e que as representantes da SMADS estavam na Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.

Informou que a pauta inicial da reunião era a contratação de assessoria técnica para subsidiar o Comitê PopRua na elaboração do Plano Municipal da Política para a PopRua, mas que por sugestão da sociedade civil seriam discutidas as ações de abordagem junto a pessoas em situação de rua. Relatou que o Governo também está avaliando as ações e que os Secretários de SMDHC, SMSU, SMADS e SGM se reunirão para tratar do tema. **Pe. Júlio Lancelotti** (Pastoral do Povo da Rua), apresentou fotos da ação da PMSP na região próxima ao Viaduto Bresser, realizada na última sexta-feira; afirmou que o povo mesmo chegou a queimar alguns barracos, que nunca imaginou que a GCM teria um contingente daquele tamanho e que “com a água e tudo mais eles varreram a região da Bresser”. Afirmou que nem a higienização do Kassab ou do Serra havia sido violenta como esta, com uma desarticulação ampla e completa, desprezo pela sociedade civil e uso de gás de pimenta. Relatou que na semana anterior foi acionado e se dirigiu ao mesmo local no qual estavam sete caminhões baú, dois caminhões “pipa” e um efetivo imenso da GCM, que houve utilização de gás de pimenta, o qual só poderia ser empregado em distúrbios civis, que entrou em contato com a SMADS e que a GCM saiu de lá humilhada. Defendeu uma ação pautada pelos direitos humanos, diferente da que ocorreu. Questionou o que será realizado na Praça da Sé e sustentou que deve ser colocado como princípio na elaboração do Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua a não atuação da GCM contra o povo da rua. Questiona a não descentralização do abrigo emergencial da Av. Zaki Narchi, nem a adoção dos “Planos Territoriais” da Operação Baixas Temperaturas. Declarou, ainda, ter ouvido dos membros do Fórum da Assistência Social que o Prefeito só teria recebido elogios a respeito da atuação da PMSP na região do Viaduto Bresser. Concluiu declarando que “junto com o fogo está sendo queimando todo o vínculo e a possibilidade de atendimento.” **Sr. Renato Ribeiro Sena (MNPR)**: afirmou estar indignado com o que aconteceu, que a partir do momento em que se ganha no argumento eles [GCM] partem para a violência, que esta não é forma de atuar com respeito. Comparou a operação na região do Viaduto Bresser às ações da época da ditadura militar. Destacou que se está lidando, antes de tudo, com pessoas e que essas pessoas vêm conversar com os representantes do Movimento Nacional da

População em Situação de Rua - MNPR para encontrar explicações sobre o que está ocorrendo. Acredita que se está diante de uma contradição, porque a política para a população em situação de rua deixou de ser coordenada pela SMADS e veio para a SMDHC, no entanto o que está sendo feito na cidade é uma clara violação de direitos humanos. Afirmou que tinha certeza que essa operação estava ocorrendo sem o aval de todo o Governo e sugeriu a realização de uma audiência pública. Relatou que o MNPR participou, há alguns meses, de uma reunião com o Secretário Roberto Porto e com o Comandante Geral da GCM, Eduardo de Siqueira Bias, para tratar da aproximação da GCM da população em situação de rua e que apesar da resistência o MNPR havia gostado da iniciativa; citou a realização do Seminário Direitos Humanos e Segurança Pública; que pensaram inclusive em realizar um futebol com a GCM. O Norte era esse, de aproximação, de parceria, de simpatia, mas quando ficou sabendo do que ocorreu, ficou muito surpreso. Relatou também ter participado da ação realizada na área do Largo São Francisco e defendeu que SMDHC e SMADS integrassem essa operação para que fossem evitadas situações como a verificada. Questionou se o Comitê PopRua está sendo respeitado, porque o Governo poderia ter informado sobre a realização dessas ações, solicitado a participação da sociedade civil organizada, porque ela sabe como agir, sabe como evitar situações de conflito. Defendeu uma agenda com o Sr. Prefeito da cidade de São Paulo. **Sr. Robson Mendonça (Movimento Estadual da População em Situação de Rua)** – Declarou estar indignado com a operação; destacou que houve uma ação no Largo São Francisco, que classificou de higienista, apenas um dia após o #DiálogoSPDH/PopRua realizado na Praça da Sé, no dia 19 de agosto; afirmou ter procurado a SMDHC para denunciar a ação no Largo São Francisco e ter recebido a informação de que estavam sendo oferecidos os serviços existentes àqueles que desejavam sair das ruas e ponderou que no atual Governo há muitas pessoas da gestão anterior, que muito se discute, mas há pouco efetividade. **Sra. Tina Galvão (Movimento Aquele Abraço)**: apresentou-se como assistente social que atua junto à população em situação de rua há muitos anos e integrante do Movimento “Aquele Abraço”, o qual trabalha com pessoas em situação de rua usuárias de drogas na região da Luz. Quanto à violência policial, afirmou ter visto muitas violações de

direitos contra a população em situação de rua, citando o caso de crianças que foram confundidas com lixo. Afirmou que escuta esse mesmo discurso desde que chegou em São Paulo e foi trabalhar na FEBEM; que tanto a GCM, quanto a PM são extremamente agressivas com a população em situação de rua, que elas a ameaçam, que ela mesma foi ameaçada por PMS; que avançaram para cima dela com uma viatura e frearam muito próximo dela. Narrou dois fatos que qualificou como horrorosos ocorridos recentemente na região, cuja autoria atribui à PM: o primeiro é a história de um garoto que teve parte do dedo decepado por ter furtado/roubado um objeto e o segundo diz respeito ao funcionário de um equipamento da PMSP da Rua Helvetia, o “Paulinho”, que apanhou de cinco pessoas encapuzadas possivelmente por ter um bom relacionamento com a população em situação de rua. Destacou que não há ações para contrapor isso. “Eu chego na policia e faço um discurso, mas não basta isso, eu não falo em nome do Governo, por isso que eu vim aqui hoje pela primeira vez, mas é uma situação difícil que a gente tem que ser ouvido e precisa ter voz. Isso requer um movimento grande antes que ocorra mais desgraça, como as que estão acontecendo.” Propôs que se elaborasse um documento ou um ato, de uma forma que nossas vozes sejam ouvidas, ou um documento para envolver a sociedade civil nessa discussão da violência e da vivencia da situação de rua. **Sr. Manoel Messias (MNPR)** relatou que esteve no Bresser e sugeriu que o caso fosse levado ao Ministério Público. **Sra. Natalie Fragoso (Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama)** – afirmou ter presenciado algumas das ações realizadas nos dias 20, 21 e 30 de agosto, as duas primeiras no Largo Francisco, e a última nas ruas Senador Feijó e Ouvidor Pacheco Silva. Ouviu relatos de que não houve presença da SMADS; que as pessoas ficaram amedrontadas; que não houve a entrega de lacre para a recuperação dos objetos apreendidos, que tudo seria endereçado ao lixo: barracas, cobertores, casacos e documentos. Informou que a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama relatou estes fatos ao Balcão de Atendimentos em Direitos Humanos da SMDHC e que nenhum retorno havido sido dado até então. Acredita que essas ações reforçaram o medo e a desconfiança que essa população possui do Poder Público, que houve violação de direitos humanos e que a reparação será difícil porque as pessoas foram intimidadas

e dispersadas. **Sra. Carolina Ferro (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos)** – declarou que o sentimento da sociedade civil é de decepção, pois se esperava dessa gestão o “novo” e o que está sendo realizado é o “antigo”. Solicitou que os representantes do Governo integrantes do Comitê PopRua explicassem como avaliam essa ação e que sabe que a iniciativa partiu do Sr. Prefeito. Entende que se está diante de uma limpeza sem oferta de alternativas. Declarou sentir sensação de impotência e questionou qual é o papel do Comitê PopRua. **Sr. Átila Pinheiro (MNPR e Núcleo de Direitos Humanos)** afirmou que o Estado é devastador para desestruturar as pessoas que lutam pelos Direitos Humanos; que há uma parte do Governo que ouve, que luta e outra que ri. Sugeriu que fosse realizado um ato em defesa das pessoas vítimas de ações violentas. **Sra. Melissa Witcher (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos)** – Solicitou respostas para as seguintes questões: “Está havendo um acompanhamento do Pronatec? A garantia de emprego esta sendo cumprida? O Poder Público olha para a Operação Baixas Temperaturas e a considera um sucesso, ou não? A operação no Bresser foi ordem do Sr. Prefeito? A GCM tem ordem para agredir pessoas em situação de rua para retirá-las? Onde estão essas pessoas? A resposta para todo mundo será ir para um albergue? Vai haver locação social?” **Sr. Alderon Costa (Associação Rede Rua)** – Relatou que foi obrigado a apresentar a carteira do jornalista para entrar na região do Viaduto Bresser; que nunca havia presenciado esse tipo de situação, nem nas eras mais ditatoriais de São Paulo; que um agente da GCM, sem tarja de identificação, foi violento com alguns jovens do local e com ele próprio; que possui vários depoimentos de pessoas relatando a violência; que chegou a entrevistar um senhor que teve uma convulsão após contar o que havia sofrido. Explicou que o SAMU não tocou na pessoa quando chegou ao local, que os colegas tiveram que colocá-la na ambulância. Defendeu a necessidade de se discutir também a desmilitarização da GCM e não apenas da PM e questionou quais políticas inovadoras que temos para acabar com esse problema. **Sra. Luana Bottini (SMDHC)** – afirmou que o papel principal do Comitê PopRua é elaborar o Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua; que este não é o único espaço para tratar as ações para população em situação de rua; que nas audiências

publicas de devolutiva do Programa de Metas e priorização das ações territoriais a população em situação de rua quase não foi tratada e quando era mencionada muitas vezes não era para ter seus direitos garantidos; que estávamos em um momento de disputa de valores e entendimentos de como atender essa população. Agradeceu as falas de reconhecimento de que o Secretário Rogério Sottili não era o coordenador dessa ação, mas esclareceu que não pretendia dividir o Governo. Reconheceu a existência de uma contradição, pois no Programa de Governo a política para a população em situação de rua estava no eixo cidadania, direitos humanos e dignidade; que tem como um de seus objetivos o combatido a violência institucional; que foi realizado um seminário sobre Direitos Humanos para a GCM; que o Secretário Municipal de Segurança Urbana, Sr. Roberto Porto estava empenhado em mudar a relação da GCM com a poprua; que a GCM havia cantado para a poprua no salão nobre do Largo São Francisco; que estava em andamento um projeto de futebol entre a GCM e o MNPR; que o próprio Secretário da referida pasta havia afirmado algumas vezes que a GCM não poderia mais tocar em pessoa em situação de rua; e que essas ações repentinas e com um grande efetivo de guardas era estranha aos direitos humanos e a política de participação social. Informou que o Sr. Prefeito recebeu a carta de repudio do MNPR e que a coordenação de governo mobilizou seus Secretários para reavaliar a ação. Afirmou ainda que ouviu do Prefeito algumas vezes que a população em situação de rua é prioridade, que ele quer alternativas criativas de direitos humanos, que não é possível caminhar pela cidade é visualizar um número cada vez maior de pessoas em situação de rua; que passa a impressão que o Governo abandonou essa população. Destacou que nunca ouviu o Prefeito defender ações violentas e ostensivas; que apesar do corte de orçamento que está sendo feito os recursos para a população em situação de rua estão garantidos; que para melhorar a qualidade de existência da população em situação de rua não haverá corte, pois essa é uma política muito prioritária, pois precisa cuidar das pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente. Reconheceu que a ação na região do Viaduto Bresser foi estranha; que não foi comunicada para alguns, para outros foi comunicada pela metade; que o Governo está reavaliando atitudes como a falta de comunicação

prévia às pessoas que serão atingidas pela operação e a intensificação de oferta prévia de alternativas de saída das ruas. Com relação à Operação Baixas Temperaturas, informou que três espaços identificados pela SMADS e pelas Subprefeituras serão reformados para a descentralização da Zaki Narchi; que a operação está sendo aprimorada e que está sendo feito um estudo para entender porque, apesar das considerações negativas sobre o alojamento emergencial, o local encontrou grande aceitação por parte da população. Acredita que, a princípio, isso mostra a importância de se ter locais com mais flexibilidade, que isso está sendo considerado dentro do Governo. Quanto aos hotéis sociais, esclareceu haver uma dificuldade jurídica, pois para esse tipo de projeto ser executado pela SMADS é preciso vinculá-lo a alguma instituição; acrescentou que a SMADS está com dificuldades de identificar entidades para gerenciar os hotéis sociais e mesmo as republicas; que havia acabado de conversar com a Associação Rede Rua, representada pelo Alderon ali presente e que ficou de agendar uma reunião entre ele e a Secretária Luciana Temer. Solicitou ainda que se soubessem de mais instituições interessadas em gerenciar esses projetos seria importante comunicar a SMADS. Sobre o PRONATEC, afirmou que a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua está empenhada na mobilização de empresas; que algumas já estão disponibilizando vagas; que na Eletropaulo 26 alunos já passaram por processo seletivo, que existem dificuldades para garantia da empregabilidade, mas estão monitorando caso a caso. Citou o caso da empresa com a qual havia se reunido naquela manhã: dos 21 currículos de alunos recebidos, apenas 13 compareceram ao processo seletivo e, destes, 5 relataram estar bem comprometidos com uso de substância psicoativa, 4 tinham antecedentes criminais, e como era para trabalhar como porteiro apenas 4 foram contratados; que continuarão na batalha para empregabilidade dos demais e que, inclusive, houve uma longa conversa com a empresa para sensibilizá-la da necessidade de dar uma oportunidade aos que já haviam cumprido sua dívida com a justiça e a empresa ficou de reavaliar a situação. Afirmou que uma tabela com informações sobre o PRONATEC será disponibilizada no site da Secretaria e que junto com a Saúde estão trabalhando para tratar de algumas outras questões como a prótese dentária. A respeito da utilização de gás de

pimenta, declarou acreditar nos depoimentos dados. Quanto aos encaminhamentos das pessoas em situação de rua, afirmou ter visto a SMADS entrevistando diversas pessoas para os direcionamentos adequados no dia da ação no Bresser; que viu a equipe da Assistência Social tentando garantir o encaminhamento de acordo com os interesse e necessidades das pessoas; que estavam cuidando para não separarem casais e que solicitará à SMADS informações sobre os encaminhamentos. Lembrou que talvez o SISRUA possa ajudar nesse mapeamento. Acrescentou que a equipe da Coordenação PopRua participou de uma capacitação para trabalhar com o SISRUA e que o sistema havia sofrido modificações. Explicou que há o SISRUA que concentra as informações propriamente e outro programa, o CUBUS, que produz os relatórios. Na seqüência, explicou que a programa Locação Social está sendo discutido no GT de Habitação; que em setembro irá ocorrer um Seminário em Brasília sobre Habitação de Interesse Social; que era necessário identificar um terreno para montar e apresentar um projeto para captação de recursos do FINHIS; e que muitas dessas coisas estavam sendo realizadas, pois o Governo estava ouvindo as propostas da sociedade civil trazidas no Comitê. Que para garantir algumas ações para PopRua no Programa de Metas a equipe de governo havia participado de muitas audiências públicas de apresentação do Programa de Metas; que ficou um dia todo encaminhando propostas pelo email também; que foram realizadas muitas reuniões governamentais e que por fim 05 Metas específicas haviam entrado para PopRua: 22 novos centros de acolhimento; 2 restaurantes populares; 4000 vagas Pronatec PopRua; 12 novos Consultórios na Rua; 2000 moradias populares, sem falar das demais como a modernização do 156. Que achava pouco, mais que havia sido o possível e não tinha sido fácil emplacar este mínimo, pois as necessidades da população de São Paulo eram muitas, e que por isso precisava da sociedade civil colaborando para pautar a política para a população em situação de rua nos demais espaços de participação social. Que o documento para contratação da assessoria técnica para colaborar na construção do Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua também foi construído por solicitação e junto com a sociedade civil; que não será fácil defender no Governo esta contratação, pois isto é atribuição direta do Executivo que já havia delegado a atribuição ao Comitê

composto paritariamente pela sociedade civil, mas acredita que a proposta da assessoria é incrível, participativa e que visa a construção da política de baixo para cima e que se der certo poderá ser utilizado como paradigma para construção de outras políticas e que por isso era importante focar nisso. Afirmou não estar falando apenas pela Coordenadora de Políticas para População em Situação de Rua ou pela SMDHC, mas pelo coletivo do Governo, que como toda sociedade é contraditório em alguns momentos. Desabafou afirmando a importância de cuidar do vínculo e do laço de confiança que estava sendo construído entre a GCM, o Governo e a PopRua; que apesar de ser mais fácil criticar e esvaziar o espaço era importante que todos se unissem para a construção de uma política de garantia de direitos humanos e que para isso era necessário estar em vários locais de discussão das políticas municipais; que a população em situação de rua é sim prioridade para o Governo e deve ser tratada com respeito e consideração. **Sr. Djalma Gouveia da Silva (SES)** – Assim como na construção do Plano de Resíduos Sólidos houve a participação dos catadores, o Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua deverá contar com a participação das pessoas que estão em situação de rua e é papel do Comitê contribuir para essa construção. Afirmou estar preocupado em saber que há dois Governos dentro do mesmo Governo e que era necessário saber como somar. **Sra. Ana Thereza Rodrigues (Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama)** – Questionou o posicionamento da Coordenação PopRua quanto às ações de remoção das pessoas em situação de rua acampadas nos espaços públicos. Afirmou que a suspensão dessa operação era algo possível e rápido de se fazer; que estão coletando inclusive carrinhos de bebê, documentos, carroças, etc; que o Programa de Metas prevê a inclusão econômico-social e que é incoerente apreender carrinhos utilizados para a coleta de material reciclável e que o decreto municipal que criou o Comitê o empoderou para discutir outras questões além da construção do plano municipal da política para a população em situação de rua. **Sr. Átila Pinheiro (MNPR e Núcleo de Direitos Humanos)** – Lembrou que os profissionais “da ponta”, quando agem de forma humanista, são hostilizados e desestimulados por suas chefias. Elogia o Sr. Rogério Sottili por sua atuação e destacou que a SMADS é a secretaria que mais ameaça a população em situação de rua, que muitos

permanecem calados porque são coagidos. **Pe. Júlio Lancelotti (Pastoral do Povo da Rua)** – Exibiu foto na qual se vê 12 carros da GCM e 1 carro da Assistência Social, dizendo que isso era a representação da Gestão Haddad; que a PMSP acha que controla a GCM, mas na realidade isso não ocorre; que na PMSP há diversos Governos, cada Secretário age de um modo; que no momento da ação no Bresser a Sra. Simone, da SMADS, não conseguiu vagas para aqueles que desejavam sair da rua; Concluiu questionando quais eram as alternativas para a saída das ruas oferecidas pela PMSP hoje, porque nos albergues, quem consegue vaga só pode permanecer durante a noite. **Sr. Renato Ribeiro Sena (MNPR)** – Destacou que nos equipamentos da Assistência Social há sempre funcionários bons e ruins, gente humanista que gosta do que faz e gente que detesta; defendeu que o “cordão umbilical” com a SMADS fosse cortado; que fossem construídas ações com outras Secretarias. Solicitou uma reunião com o Sr. Prefeito; que as ações voltadas às pessoas em situação de rua fossem realizadas em conjunto, Governo e sociedade civil. **Sra. Regina (Organização Auxílio Fraternal)** – Contestou a ausência dos representantes de algumas Secretarias na reunião. **Sra. Luana Bottini (SMDHC)** – Esclareceu que estavam ausentes a SMADS e as subprefeituras pelos motivos já expostos. **Sra. Cormarie Guimarães Perez (SMS)** – Trouxe a informação de que o Sr. Prefeito deu uma ordem a SMS para que a saúde da população em situação de rua fosse tratada como prioridade. Explicou que está sendo oferecido serviço odontológico aos formados pelo Pronatec. **Sra. Eri Ishimoto (Programa de Controle da Tuberculose - SMS)** – Informou que há equipes da SMS atuando no abrigo emergencial da Av. Zaki Narchi e nos locais de saída dos ônibus. Relatou alguns problemas no programa de controle da tuberculose desenvolvimento junto à população em situação de rua como a resistência aos tratamentos tradicionais e a desistência (pessoa não comparece à UBS para tomar medicamento ou não é encontrada na rua). Esclareceu que está sendo pensada uma nova estratégia em um grupo nacional que discute o tema. **Sr. André Luzzi (Conselheiro da Ação de Cidadania e do Conselho de Segurança Alimentar)** – Defendeu que fossem cobradas as medidas administrativas cabíveis a cada um dos funcionários que agiram com truculência na ação realizada no Bresser; que se solicitasse a Ordem de

Serviço dessa operação, bem como esclarecimentos sobre as violações de direitos humanos relatadas; que as Secretarias apresentassem suas contribuições para o Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua, com definição de prazo para isso; que as decisões do Comitê PopRua se tornassem normativas e que fossem divulgadas na internet informações sobre o Pronatec. **Sra. Natalie Frago** (**Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama**) – Destaca que o Comitê é qualificado para decidir, que nem tudo precisa ser levado para audiências públicas; que era o Governo quem deveria fortalecer o Comitê ouvindo a sociedade civil e que esta não quer apenas discutir o Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua. **Sra. Luana Bottini (SMDHC)** – Informou que os projetos de todas as Secretarias para a população em situação de rua já foram solicitados e que estão compilando as informações e aguardando espaço na pauta do Comitê para apresentação; que é necessário encaminhar a contratação da assessoria técnica e iniciar a construção deste Plano em conjunto com o Comitê PopRua. Acrescentou que recebeu um mapa da SEME, que apresentou seus serviços, equipamentos e ações na região da Sé e destacou a importância de reservarmos uma agenda e dar seguimento a essa iniciativa. Igualmente, defendeu a importância de se reservar um espaço na agenda para a apresentação do GT Alimentação, do GT Habitação e do monitoramento do Pronatec.

### **Encaminhamentos**

1. Encaminhar as fotos apresentadas na reunião e o vídeo a ser entregue pelo Sr. Alderon, referentes à ação da PMSP realizada na região do Viaduto Bresser em 30/08/2013, ao Sr. Prefeito;
2. Agendar uma reunião do Comitê com o Sr. Prefeito;
3. Verificar de onde partiu a ordem para a GCM executar a ação do dia 30/08/2013;
4. Apurar eventuais abusos cometidos na ação do dia 30/08/2013, como o de agentes da GCM trabalhando sem identificação;

5. Aproximar Dona Tina da Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas, para a realização de uma visita à região da “Cracolândia”.

Data da próxima reunião 02/10/2013, 15 horas.

Assinam a presente ata aprovada na VI Reunião Ordinária:

**Membros Titulares:**

Átila Pinheiro (MNPR e Núcleo de Direitos Humanos) \_\_\_\_\_

Isabel Cristina Bueno Silva (SMADS), \_\_\_\_\_

Maria Luiza G.S. Azevedo (SME), \_\_\_\_\_

Cormarie Guimaraes Perez (SMS), \_\_\_\_\_

Miriam da Silva (SDTE), \_\_\_\_\_

Marcos Queiroga Barreto (SMSP), \_\_\_\_\_

Renato Sanches Prunes (MNPR-SP), \_\_\_\_\_

Paulo Cesar de Paula (MNPR-SP), \_\_\_\_\_

Renato Ribeiro Sena (MNPR-SP), \_\_\_\_\_

Júlio Renato Lancellotti (PASTORAL DE RUA), \_\_\_\_\_

Maria Carolina Tiraboschi Ferro (CENTRO GASPAR GARCIA),  
\_\_\_\_\_

Regina Maria Manoel (Organização de Auxilio Fraterno), \_\_\_\_\_

Carlos Weis (Defensoria Pública), \_\_\_\_\_

Leda Sueli de Arruda (SEME). \_\_\_\_\_

**Membros suplentes:**

Luana Bottini (SMDHC), \_\_\_\_\_

Michele Alexandra dos Santos (SMADS), \_\_\_\_\_

Maria Fernanda Mendes Pereira (SEHAB), \_\_\_\_\_

Vera Lucia Martinez Manchini (SMS), \_\_\_\_\_

Adriana Ferreira dos Santos (SMSU), \_\_\_\_\_

Irair de Jesus (SES), \_\_\_\_\_

Nathalie Fragoso Silva Ferro (CLINICA DE DIREITOS HUMANOS – FDUSP),  
\_\_\_\_\_

Nina Laurindo (NUCLEO – DH). \_\_\_\_\_